



TESOURO NACIONAL

Transparência das Informações das Contas Públicas Brasileiras

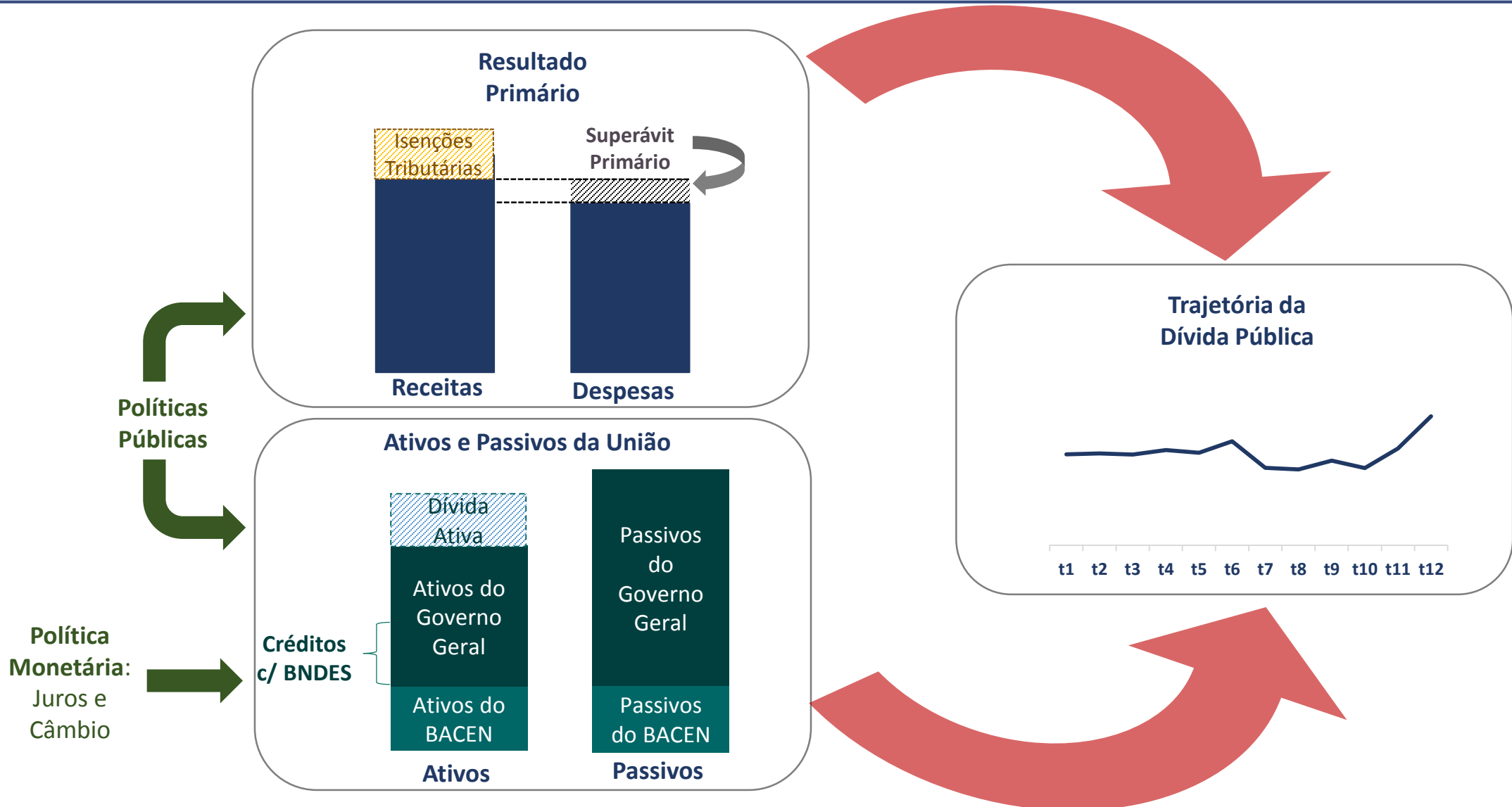
2º Seminário FGV/FMI de Política Fiscal

28 e 29 de abril de 2016

Contextualização

<u>Problema</u>		<u>Definição</u>		<u>Características</u>
a. Inconsistência Temporal	→	Intenção <i>ex ante</i> dos formuladores de políticas difere dos incentivos <i>ex post</i>	→	Regras Fiscais
b. Visão Estreita	→	Formuladores de políticas não levam em conta as consequências de longo prazo das políticas atuais	→	Marco Orçamentário de Médio Prazo
c. Ação Coletiva	→	Formuladores de políticas favorecem interesses setoriais em relação aos coletivos	→	Orçamento de Cima para Baixo
d. Informação Assimétrica	→	Formuladores de política não revelam ao público as consequências de suas políticas	→	Transparência
e. Agente-Principal	→	Formuladores de políticas e agentes orçamentários tem diferentes incentivos	→	Sanções
f. Choques Exógenos	→	Políticas sólidas são afetadas por eventos inesperados	→	Cláusulas de Escape

Contextualização



Sumário

- 1. Evolução recente da Transparência Fiscal**
2. Avaliações externas e próximos passos

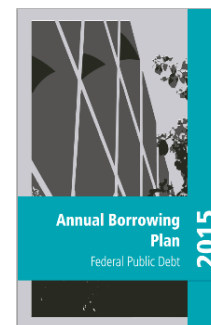
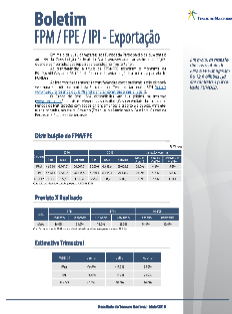
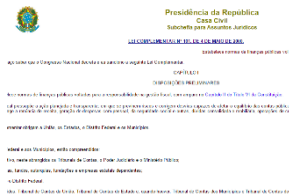
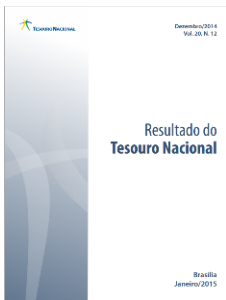
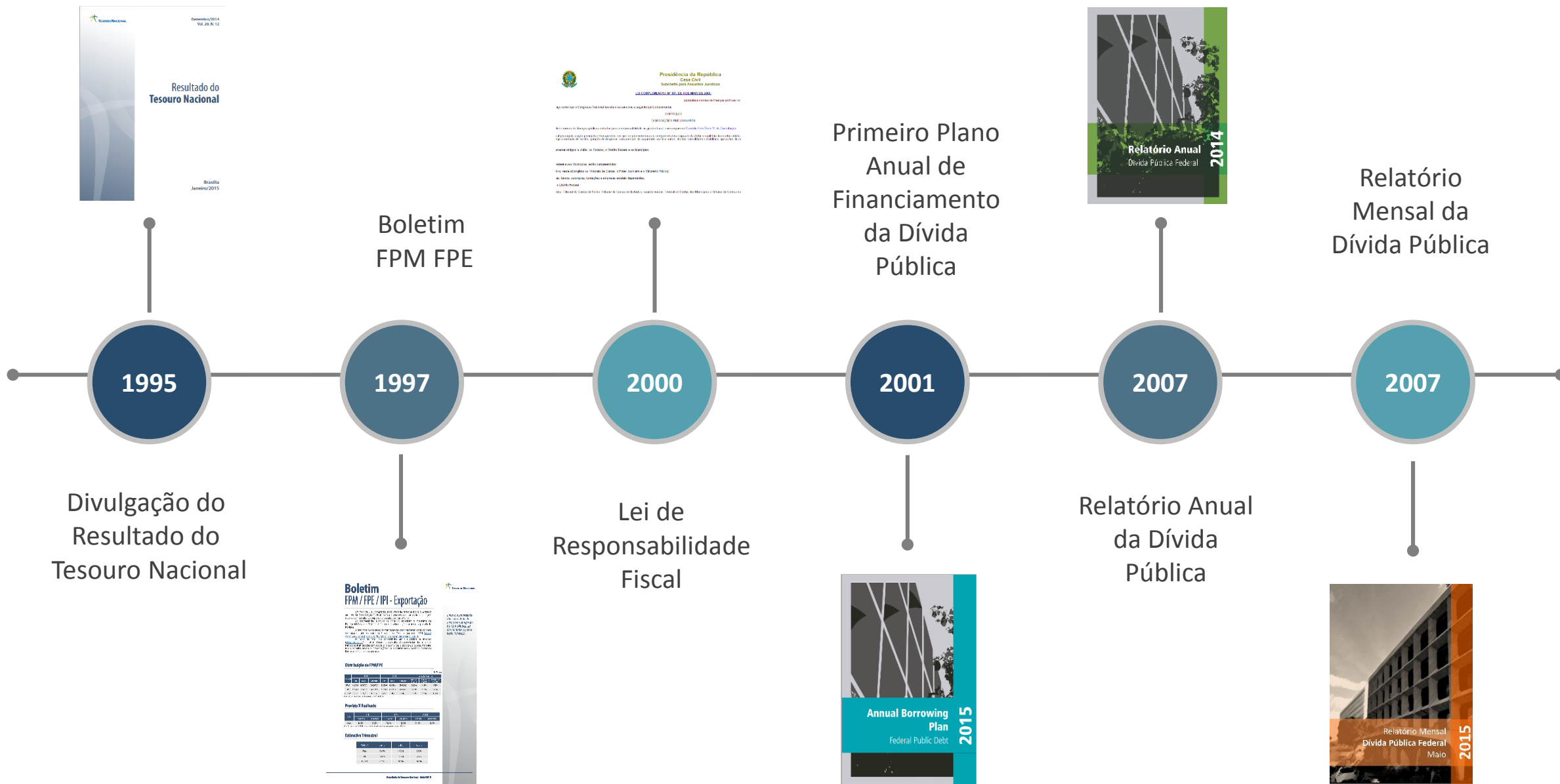
Missão do Tesouro Nacional

Gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público, com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável.

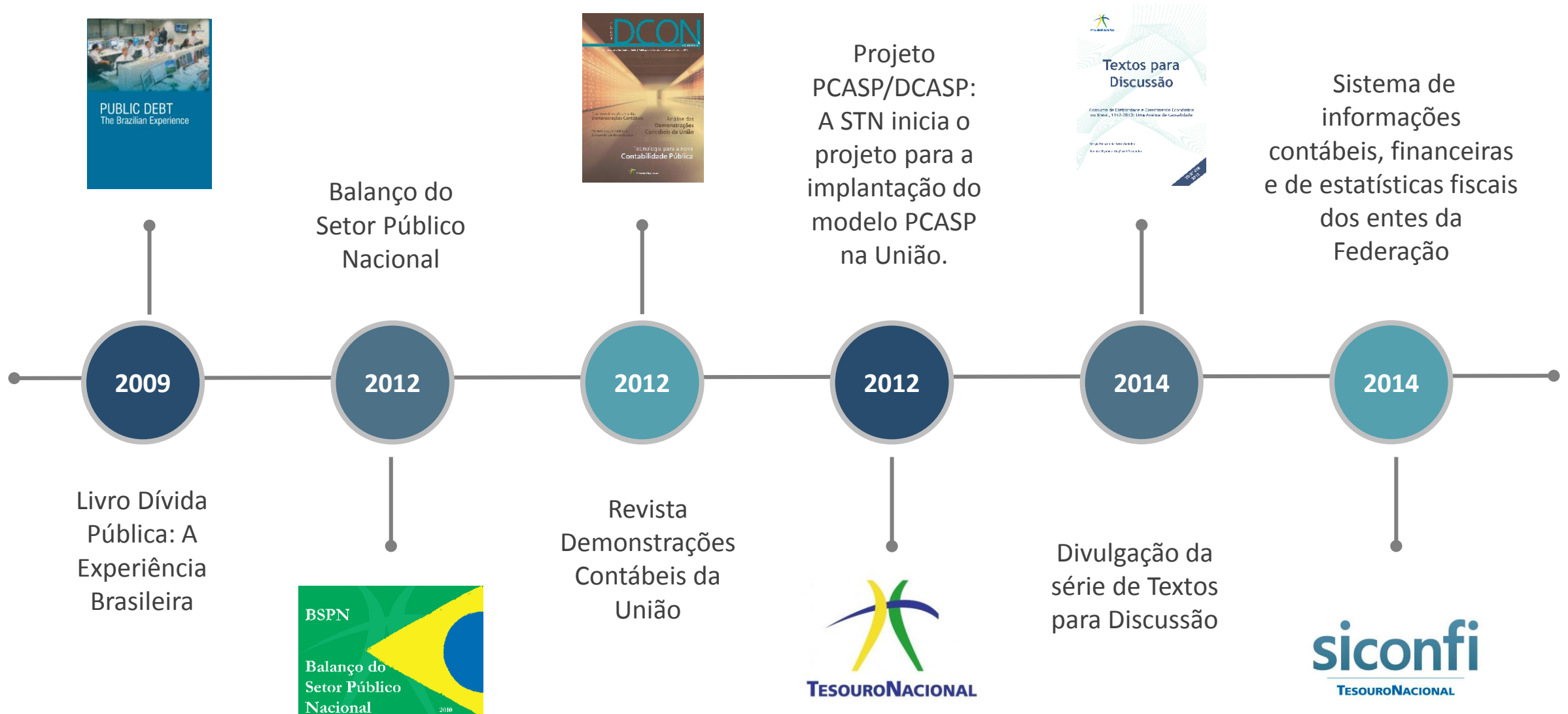
Benefícios da Transparência

- Facilita a **identificação de possíveis riscos** para a área fiscal
- Permite que a sociedade exija **prestação de contas** pelo governo
- Melhora o **acesso ao mercado de capitais** internacional
- Leva o governo a adotar **medidas mais adequadas**, alcançando **maior estabilidade financeira**

Avanços institucionais: muito além das determinações legais



Avanços institucionais: muito além das determinações legais



Avanços institucionais: muito além das determinações legais



Pela LRF, responsabilidade na gestão fiscal pressupõe :

- Agir de forma planejada e **transparente**, para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;
- Atingir as metas de resultados entre receitas e despesas;
- Obedecer limites estabelecidos na legislação (gastos com pessoal, operações de crédito, concessão de garantia, etc).

*A transparência fiscal é obtida pela **provisão de informações** completas, confiáveis e tempestivas sobre as atividades passadas, presentes e futuras do governo*

Responsabilidade Fiscal

- Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual
- Relatório Bimestral de Despesas e Receitas
- Decreto de Programação e Execução Financeira
- Relatório Quadrimestral de Cumprimento de Metas Fiscais
- Prestação de Contas Anual do Presidente da República
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (bimestral)
- Relatório de Gestão Fiscal (quadrimestral)
- FINBRA – Finanças Municipais (a partir de dados do Siconfi)

Resultado do Tesouro Nacional


- Apresenta o resultado primário do Governo Central composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de descrição de receitas e despesas primárias;
- Publicado no link <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/resultado-do-tesouro-nacional>
- Mudanças no **Resultado do Tesouro Nacional**: apresentação das tabelas com números **corrigidos pelo IPCA**, assim como a variação descontada a inflação. A mudança surgiu a partir de sugestões de economistas e analistas. Acredita-se que dados corrigidos são mais comparáveis a outros dados divulgados pelo governo, como a arrecadação de tributos federais.
- Elaboração de proposta de **publicação anual do Resultado do Tesouro Nacional**, apresentando análise analítica do comportamento das receitas e despesas ao longo do ano bem como análises de temas de interesse no período analisado.

BGU 2015 no contexto das reformas contábeis

Base Metodológica para as Mudanças

- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – que tem como base:
 - I. International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)
 - II. International Financial Reporting Standards (IFRS)
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)
- Lei no 4.320/1964
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000)

Observações

- O Patrimônio Líquido negativo é comum em países que já adotaram ou iniciaram a transição para o regime de competência

- Haverá novas mudanças nos próximos exercícios (Portaria STN nº 548/2015 definiu Plano de Implantação, com prazo até 2021)

Principais Mudanças

- Adoção do regime de competência
- Implementação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Balanço Financeiro apresenta receitas e despesas orçamentárias por fonte de recurso, ao invés de por natureza econômica ou classificação funcional
- Atos potenciais no BGU referem-se aos saldos a serem executados
- Desreconhecimento do ativo do crédito tributário com exigibilidade suspensa (GT CT)
- Alteração no registro de passivos, provisões e passivos contingentes (GT TN)
- Balanço orçamentário refletindo as etapas da execução orçamentária

Resultados

- Incorporação de passivos e baixa de ativos
- Inversão do patrimônio líquido da União

Exigências das Normas Internacionais de Contabilidade

País	Passivo Atuarial	Ajuste para Perdas	Ativos de Infraestrutura	Provisões e Passivos Contingentes	Informações por Segmento	Partes Relacionadas
Reino Unido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Austrália	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Zelândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
França	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Canadá	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Brasil	Sim	Sim	Sim (apenas rodovias)	Sim	Não	Sim, parcialmente

Balanço Geral da União - Principais Impactos no Patrimônio Líquido

Evento econômico	Valor (aproximado)	Impacto no Balanço
Reclassificação do Crédito Tributário	R\$ 1.100 bilhões	Redução do Ativo
Ajuste para perdas do Crédito Tributário	R\$ 148,7 bilhões	
Redução dos Créditos da Lei Complementar nº 148	R\$ 60 bilhões	
Provisão Ações Judiciais	R\$ 56,4 bilhões	Aumento do Passivo
RPPS (variação em relação à 2014)	R\$ 50 bilhões	
Impacto dos Eventos Relacionados	R\$ 1.415,1 bilhões	Redução do Patrimônio Líquido

Fonte: BGU/STN, 2015.

CLASSES DO BALANÇO PATRIMONIAL (UNIÃO)



ATIVO	PASSIVO
Dívida Ativa (-) Ajuste para perdas	Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias)
Bens móveis e imóveis (exceto pat. cult. e infra.) (-) Depreciação e exaustão	Obrigações de benefícios a empregados
Investimentos Permanentes (participação em estatais, outros)	Provisão atuarial do regime próprio de previdência (servidores civis e militares)
Demais Créditos a receber (exceto tributários, previdência e contribuições)	Obrigações com fornecedores
Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários)	Provisões por competência
Créditos previdenciários por competência	
Softwares, marcas, patentes e licenças	
Estoques e Intangível	
Bens de infraestrutura e do patrimônio cultural (quando passíveis de registro)	

Reconhecimento de passivos, provisões e passivos contingentes:

- Portaria AGU nº 40/2015: Estabeleceu critérios e procedimentos da Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias e fundações públicas;
- Impactos:
 - Aumento do Passivo Não Circulante (R\$ 56,4 bilhões); e
 - Evidenciação de Passivos Contingentes (R\$ 388 bilhões).
- Destaque para a Portaria Conjunta STN e PGF nº 8/2015 que será adotada pelas autarquias e fundações públicas no exercício de 2016.

Administração da Dívida Pública

■ **PAF - Plano Anual de Financiamento**

- Expõe o conjunto de objetivos, diretrizes e metas que serão observados na gestão da Dívida Pública Federal no ano.
- Publicado desde 2001, no link <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/plano-anual-de-financiamento>

■ **RAD – Relatório Anual da Dívida**

- Apresenta os resultados e os principais avanços no gerenciamento da dívida ao longo do ano anterior. Prestação de Contas do PAF.
- Publicado desde 2004, no link <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-anual-da-divida>

■ **RMD – Relatório Mensal da Dívida**

- Apresenta informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras. Além disso, o documento contém informações sobre o programa Tesouro Direto e realiza acompanhamento do Plano Anual de Financiamento.
- Publicado desde 2007, no link <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-mensal-da-divida>

■ **Livro da Dívida Pública**

- Lançado em 2009, fruto de uma parceria com o Banco Mundial, o livro "Dívida Pública: A experiência brasileira" explora a experiência do país no gerenciamento da dívida pública, em documento único, ao abranger desde os primeiros registros de endividamento brasileiro até o atual estado de administração da Dívida Pública Federal;
- Publicado no link <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/livro-divida-publica-a-experiencia-brasileira>



O que é:

- Ferramenta destinada ao recebimento e envio de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Objetivo:

- Criar condições para a integração da contabilidade orçamentária, patrimonial e analítica, automatizando o processo de coleta de informações contábeis e fiscais.

Siconfi em 2015:

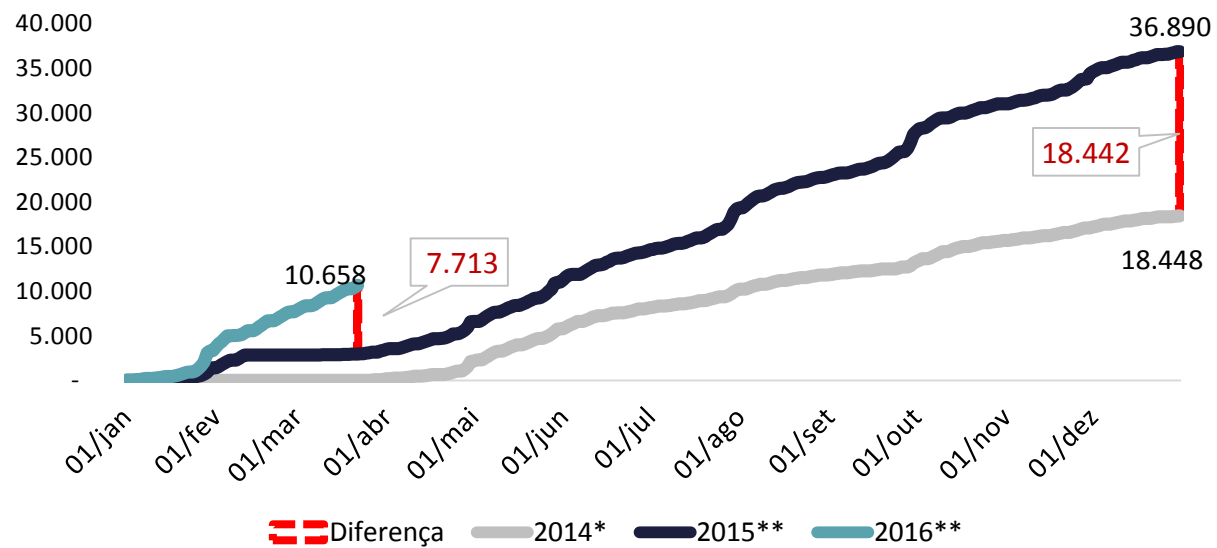
- Conseguiu substituir o antigo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN. Todos os relatórios fiscais e as contas anuais foram recepcionados pelo Siconfi. Foram homologados de mais de 30 mil declarações; existem 27 mil usuários ativos; foram registrados 20 mil atendimentos pelo canal "Fale Conosco".

Projeto de Lei Complementar (PLP 257/2016) enviado ao Congresso: :

- Estabelece que os entes devem disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais no SICONFI, permitindo amplo acesso público.

Em 2015, alguns Tribunais de Contas tornaram obrigatória a homologação dos dados no SICONFI

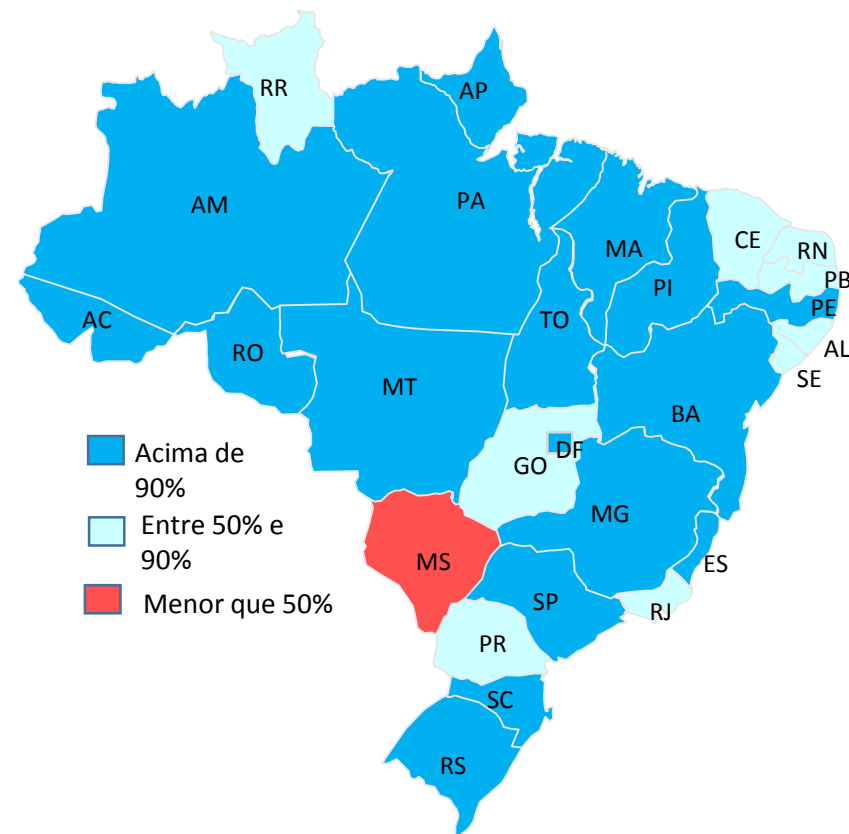
Total de Declarações Homologadas no SICONFI



Fonte: CODIN e CCONF/STN/MF-DF

* SISTN; ** SICONFI

Homologações no SICONFI da esfera Estadual

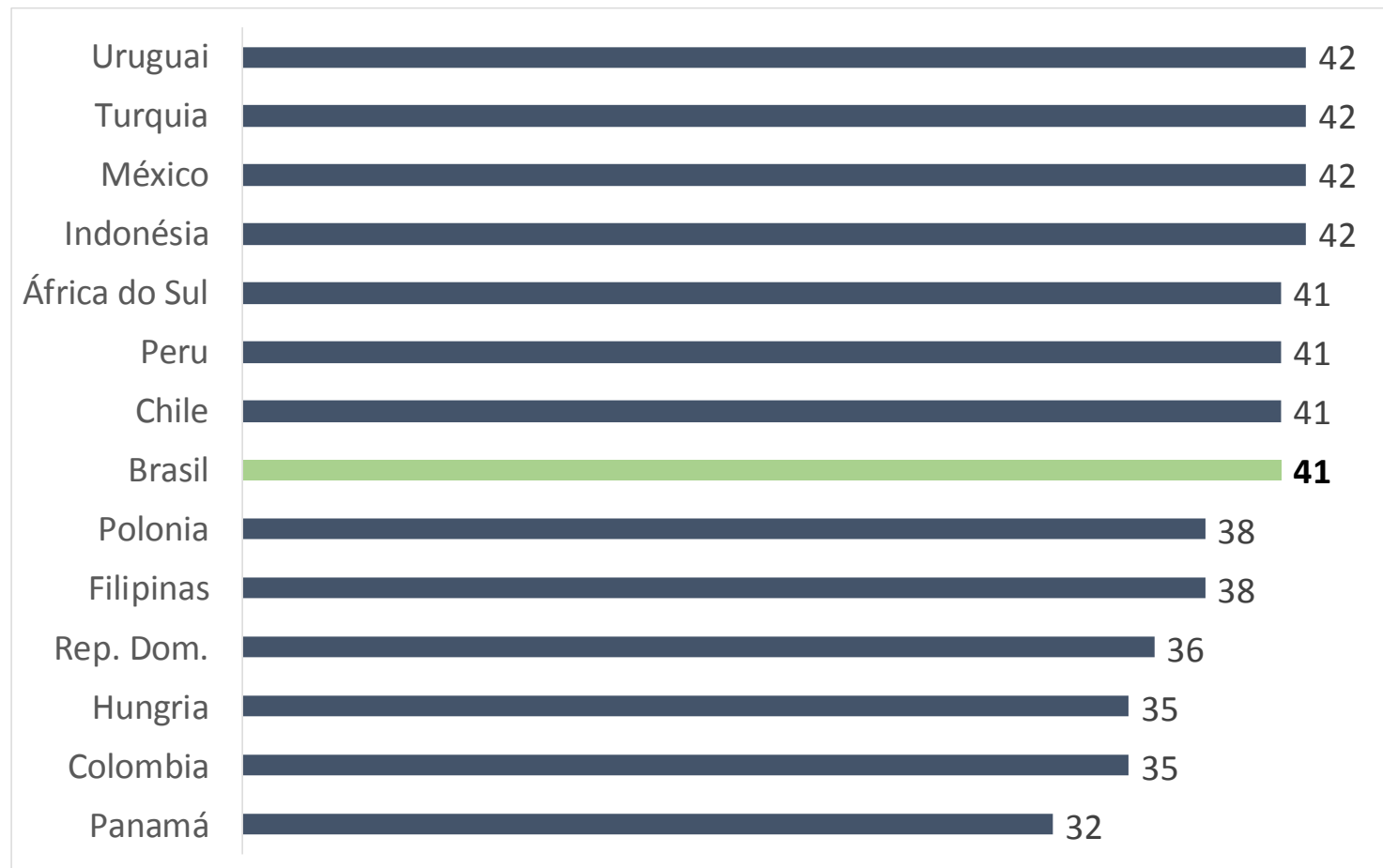


Sumário

1. Evolução recente da Transparência Fiscal
- 2. Avaliações externas e próximos passos**

Instituto Internacional de Finanças – IIF

De acordo com o Relatório de Avaliação de Relações com Investidores, divulgado em 2014, pelo Instituto Internacional de Finanças – IIF, o Brasil está entre os países com o melhor ranking de relacionamento com investidor entre os países emergentes.

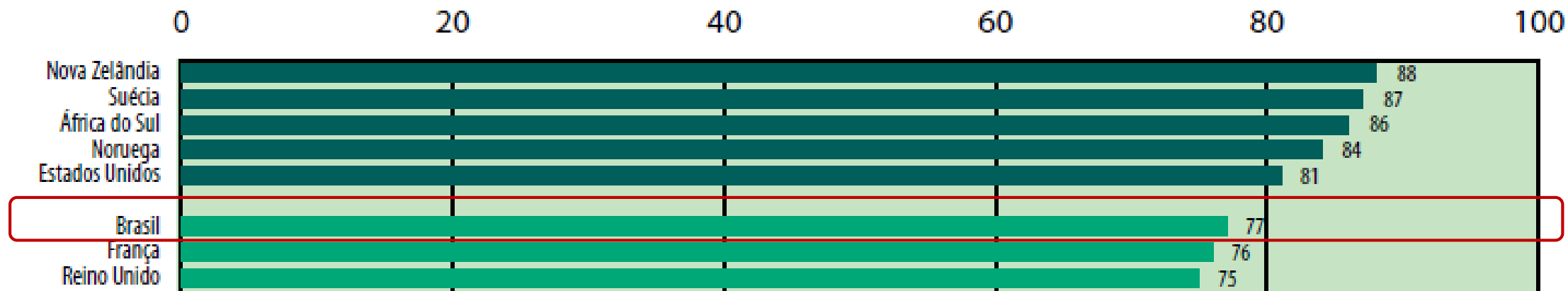


Nota: O Brasil não recebeu 42 pontos por não realizar *conference call* com investidores em 2014. Esta prática foi retomada em 2015.

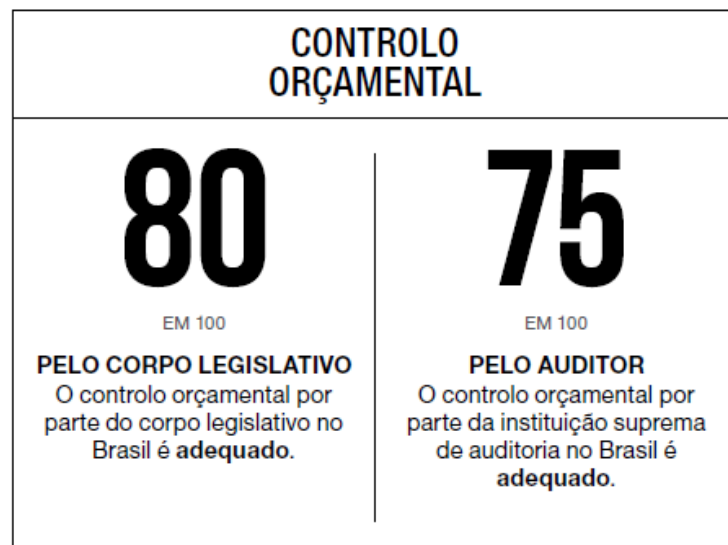
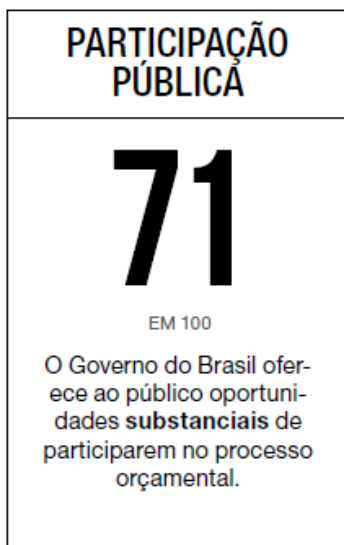
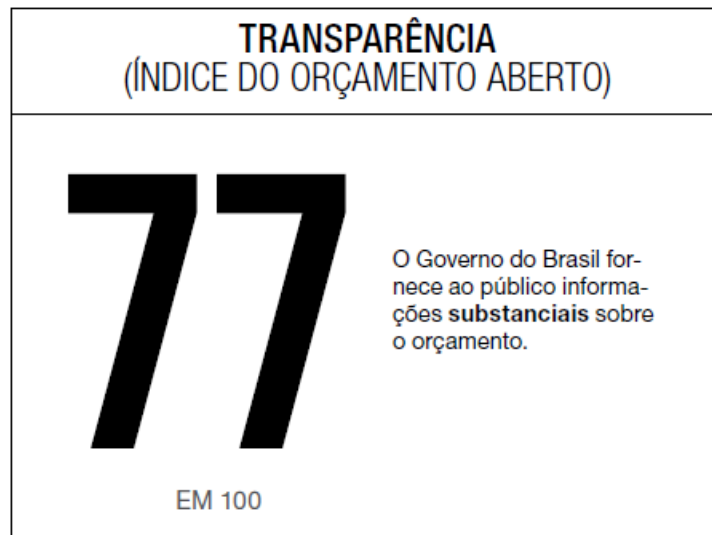
Open Budget Index – Índice do Orçamento Aberto

- A Pesquisa sobre o Orçamento Aberto utiliza **critérios internacionalmente aceitos** e desenvolvidos por organizações multilaterais como o FMI, a OCDE e a Organização Internacional de Instituições de Auditoria Suprema – INTOSAI.
- A Pesquisa considera **109 indicadores** para determinar a transparência orçamentária. Estes indicadores são utilizados para avaliar se o governo central disponibiliza tempestivamente os principais documentos orçamentários ao público e se os dados contidos nesses documentos são abrangentes e úteis.
- A cada país é dado **um resultado até 100**, o qual determina a classificação desse país no Índice do Orçamento Aberto, a única medida independente e comparativa de transparência orçamentária. **O Brasil ficou com a 6ª posição, alcançando 77 pontos.**

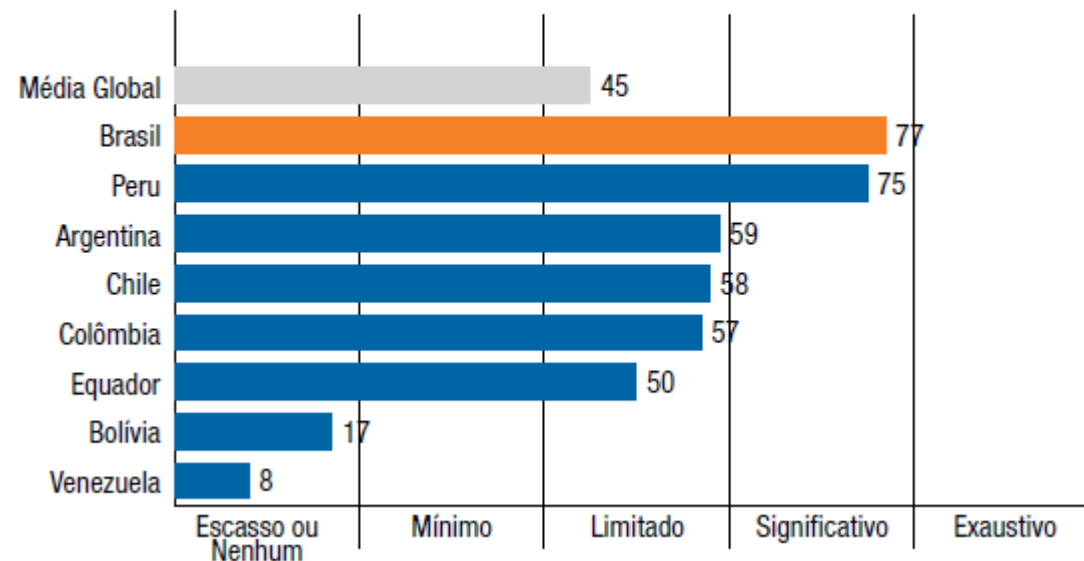
Open Budget Index Ranking – Primeiros colocados



Open Budget Index – Resultados do Brasil



Comparação Regional



Avaliação de transparência fiscal do FMI – Histórico

- Em 1998, o FMI publicou o **Código de Boas Práticas de Transparência Fiscal** e o **Manual de Transparência Fiscal**
- Em 2005, o FMI publicou o **Guia de Transparência para Receitas de Recursos Naturais**
- A última versão completa destes documentos é de **2007**
- Os documentos **foram atualizados** e passaram a ser denominados da seguinte forma:

2007

Código de Boas Práticas de Transparência Fiscal

Manual de Transparência Fiscal

Fiscal ROSCs



2015

Código de Transparência Fiscal

Manual de Transparência Fiscal

Avaliação da Transparência Fiscal (FTE)

- O **Código** define uma série de dimensões em que a transparência fiscal pode ser aferida
- Em missões aos países interessados, o FMI produzia o **Módulo sobre Transparência Fiscal dos Informes sobre a Observância de Códigos e Normas (Fiscal ROSCs)**, um documento em que cada dimensão é avaliada qualitativamente com base no Código.

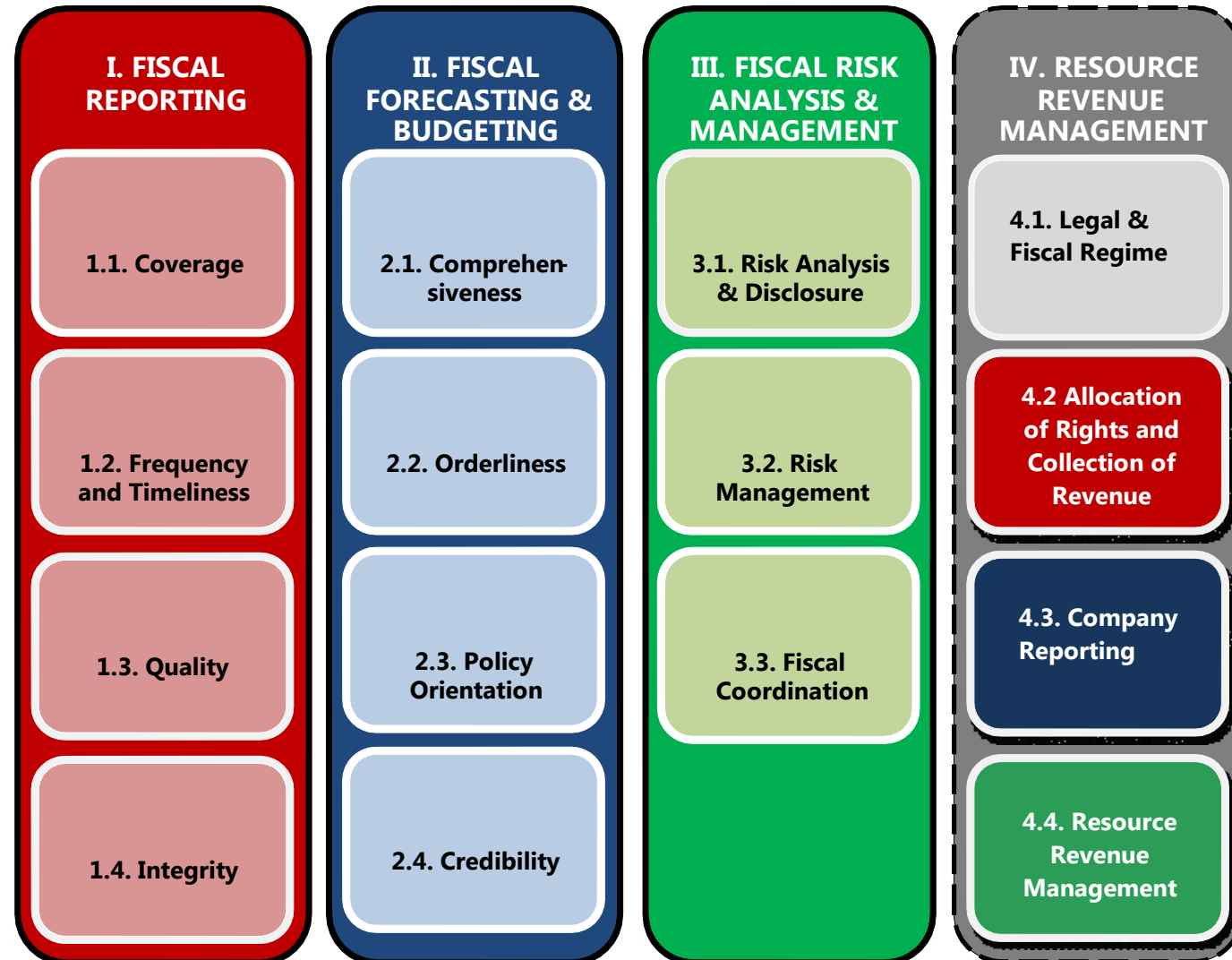
Fundo Monetário Internacional

Em **duas ocasiões**, o Brasil contou com as missões do FMI para a confecção de Informes sobre a Observância de Códigos e Normas (**ROSCs**):

Módulo	Ano	Referência
Transparência fiscal	2001	Código de 1998
Dados	2005	SDDS e DQAF 2003

Nota: Em 2014 o FMI publicou o novo Código de Boas Práticas de Transparência Fiscal

Novo código de Transparência Fiscal do FMI - Pilares



Avaliação de transparência fiscal do FMI – Resultados preliminares

Informações Fiscais

1.1. Cobertura

- 1.1.1. Cobertura institucional
- 1.1.2. Cobertura de saldos
- 1.1.3. Cobertura de fluxos
- 1.1.4. Cobertura da renúncia fiscal

1.2. Frequência e tempestividade

- 1.2.1. Frequência dos relatórios
- 1.2.2. Tempestividade das demonstrações financeiras

1.3. Qualidade

- 1.3.1. Classificação
- 1.3.2. Coerência interna
- 1.3.3. Revisões históricas

1.4. Integridade

- 1.4.1. Integridade estatística
- 1.4.2. Auditoria externa
- 1.4.3. Comparabilidade dos dados

Projeções Fiscais e Orçamento

2.1. Abrangência

- 2.1.1. Unidade do orçamento
- 2.1.2. Previsões macroeconômicas
- 2.1.3. Quadro orçamentário de médio prazo
- 2.1.4. Projetos de investimento

2.2. Arranjo institucional

- 2.2.1. Legislação fiscal
- 2.2.2. Tempestividade da documentação orçamentária

2.3. Formulação política

- 2.3.1. Objetivos da política fiscal
- 2.3.2. Informações sobre o desempenho
- 2.3.3. Participação do público

2.4. Credibilidade

- 2.4.1. Avaliação independente
- 2.4.2. Orçamento suplementar
- 2.4.3. Conciliação das previsões

Análise e Gestão de Riscos

3.1. Divulgação e análise de riscos

- 3.1.1. Riscos macroeconômicos
- 3.1.2. Riscos fiscais específicos
- 3.1.3. Análise de sustentabilidade fiscal de longo prazo

3.2. Gestão de riscos

- 3.2.1. Contingências orçamentárias
- 3.2.2. Gestão de ativos e passivos
- 3.2.3. Garantias
- 3.2.4. PPP
- 3.2.5. Exposição ao setor financeiro
- 3.2.6. Recursos naturais
- 3.2.7. Riscos ambientais

3.3. Coordenação fiscal

- 3.3.1. Governos subnacionais
- 3.3.2. Empresas públicas

Pontuação:

Avançada	11 (31%)
Boa	10 (28%)
Básica	9 (25%)
Menos que básica	5 (14%)
Não aplicável	1 (3%)
Total	36 (100%)

Legenda:

Básico

Bom

Avançado

Não atendido

Obrigado

Otávio Ladeira de Medeiros
Secretário do Tesouro Nacional

